

UMA ANÁLISE DATUAÇÃO DO EDUCADOR DENTRO DA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL .

BORDINHÃO, Jacqueline Pintor ¹

SILVA, Elias do Nascimento²

RESUMO: A elaboração dessa pesquisa está voltada verificar a importância de vermos como se a Educação Especial acontece numa instituição escolar por meio de levantamento bibliográfica sendo assim a pesquisa é uma condição essencial para entendermos o processo de inclusão escolar. Esperamos alcançarmos os objetivos almejados, pois esse tem propõe se valorizar a diversidade, pois ao falarmos de Educação Especial estamos discutindo sobre as ações de inclusão que servem a pessoas com capacidades cognitivas não menos capazes, mas sim diferentes, pois diversidade pode ser uma oportunidade de se obter e ver novos conhecimentos, habilidades e principalmente atitudes de inclusão dentro o processo de ensino- aprendizagem. O educador dos dias atuais tem a prerrogativa de estar preparado para as exigências do mercado e através da pesquisa, ensino e a observação dos aspectos administrativos, filosóficos e pedagógicos faz parte do currículo de formação do acadêmico para entender o processo educativo das modalidades educativas como a Educação Especial a qual esse trabalho se propõe a esclarecer.

Palavras-chave: Inclusão. Aprendizagem. Valores. Pesquisa.

INTRODUÇÃO

Conhecer como ocorre a práxis pedagógica e essencial para o autoconhecimento e preparo crítico auxiliando a sanar dúvidas tanto a futura vocação profissional quanto a colaborar em conhecimento prático, “de modo que a

¹ Bióloga pela Universidade de Cuiabá - UNIC, Porto dos Gaúchos, MT. Especialista Gestão e Perícia Ambiental pela UNIC, Sinop – MT .Professora na Escola Estadual Iara Maria Minotto Gomes. E-mail: jacquepintorbordinhao@hotmail.com.

² Pedagogo pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade da Cidade de São Paulo-UNICID. Secretário Escolar na Creche Municipal ThaynáGabrielly Oliveira Morais. E-mail: ninffeto@hotmail.com.

dialogia e a reflexão sobre a prática possam contribuir a formação de professores (CARVALHO *apud* FERNANDES 2011, P.09)

A ação de ensinar e aprender sugere a realização de pesquisas, sendo assim uma tarefa corriqueira do professor no seu planejamento e do aluno na resolução de dúvidas perante alguma disciplina para o aprendizado, pois quando as respostas não são localizadas, racionalmente devemos nos aprofundar na busca das respostas. “A pesquisa é uma forma de investigação que envolve uma série de procedimentos necessários para que seja realizada e concluída de forma satisfatória” (JUSTINO 2011, p, 13)

Buscaremos na medida do possível nesse trabalho com bibliografias específicas e nessa ocasião traremos também a contribuição do livro base de Bergamo (2010) e Fernandes (2011) dentro do Curso de Pedagogia que serão referenciados ao longo desse trabalho e procuraremos entender a concepção e prática histórica das pessoas PNE, fundamentos teóricos e legais da educação especial e inclusão escolar e a formação docente. Assim entenderemos os direitos básicos desses cidadãos num “espaço privilegiado na democratização do acesso ao conhecimento científico a todos os cidadãos” (FERNANDES 2011, p.17)

Optamos pela realização de um trabalho de observação, levantamento de dados, entrevistas, consultas bibliográficas e um plano de aula que , impulsionadas pelo anseio que o educador deve prezar pelo trabalho qualificado dentro do ensino regular ou nesse caso na EJA na consolidação de políticas públicas ao aluno PNE .A importância da pesquisa e prática dentro da atuação do educador vem sendo tema freqüente em debates e textos acadêmicos devido a sua relevância .

2- A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA, PRÁTICA E ENSINO E A DA DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E UM POUCO DA SUA HISTORICIDADE

Essa proposta de investigação do que seria definição de educação, ensino e pesquisa, sendo estes conceitos interligados indissociáveis ao bom andamento e significação da aprendizagem e também trazer uma síntese da trajetória da Educação Especial e os princípios norteadores que a impulsionaram dentro da educação e inclusão escolar e social.O termo pesquisa ou como habitualmente

designada, a investigação, é o procedimento humano onde o profissional adquire, ou causa um “novo” conhecimento do qual ainda não distinguia.

A pesquisa busca alguns elementos essenciais para sua realização, como criatividade, a inovação, a elaboração própria, o questionamento da realidade, a criação, a descoberta. Assim o ato de pesquisar geralmente dentro do espaço educacional compreende a aptidão do professor e pesquisador em construir seu próprio conhecimento, podendo ser uma construção individual, mas que pode ser coletiva, trazendo benefícios para o coletivo. “O homem percebeu que surgiam situações que exigiam inovações, as quais a educação precisava adequar-se” (JUSTINO 2011, p. 30).

A pesquisa assim como entendemos parte da observação de várias realidades como um todo e não somente se focar em um ponto de partida, pois pesquisar é tanta buscar respostas, indagar o óbvio e levantar hipóteses.

Vimos na obra de Regiane Banzatto Bergamo (Educação Especial: pesquisa e prática) que a pesquisa em torno do tema precisa ser feita de provocativo na busca de respostas e resoluções ao inferir aspectos pedagógicos, administrativos, políticos, filosóficos de todo espaço compreendido como educativo ou científico. “Pesquisar é uma palavra originária do latim que significa “procurar”, “buscar com cuidado” “(BERGAMO 2010, p.11)

Os objetivos dessa pesquisa ainda são a reflexão sobre a prática pedagógica para promoção da inclusão; atuar como intelectual crítico na contextualização sociocultural de suas aulas e na transformação social mais ampla; saber trabalhar com as tecnologias da informação e comunicação no que se refere aos conteúdos e recursos didáticos para o trabalho na inclusão Nos dias atuais, a escola tem um papel fundamental para ajudar a incluir esses jovens na vida em sociedade “(BERGAMO 2010, P.33).

A maioria das ações do homem no seu cotidiano é elaborada previamente e assim na evolução as que foram positivas foram de readequando a cada época e as negativas descartadas. Dizemos assim com firmeza que pesquisa seria uma maneira que o homem associa ações pensadas para se adequar a uma realidade e educação vem junto conforme defende Demo (1997, p.34)

A pesquisa inserida no dia a dia das pessoas, como expressão educativas, significa a capacidade de andar de olhos abertos, de ler

criticamente a realidade, reconstruir as condições de participação histórica, informar-se adequadamente

Em consulta as bibliografias que orientaram a construção desse trabalho vêm que o homem aos poucos foi tomando consciência de seu papel crítico e a partir daí a educação por si não era suficiente. Inclusive sobre o tema que tratamos nessa pesquisa que é a Educação Especial. Falarmos sobre pessoas PNE e também trazeremos a tona uma série de lutas para que a igualdade escolar e social fosse alcançada, apesar do preconceito e descaso político que grande maioria sofre.

Assim Fernandes traz que:

A tentativa de apreender o significado do preconceito, da discriminação e da exclusão de pessoas com deficiências, em cada momento histórico, requer a significação no tempo e espaço histórico em que esses sujeitos têm existência. Reportar-se ao passado, buscando compreender aspectos da produção cultural humana, - como a política, a educação, a arte, entre outros- como expressão da vida material de dada sociedade, amplia a compreensão histórica do homem e colabora para a compreensão dos fenômenos de nossa própria época (2011, p.35)

A Educação Especial é uma modalidade da Educação básica que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino como: a modalidade da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e outras modalidades. A inclusão tanto social e escolar é uma maneira de combate ao preconceito, pois qualquer pessoa que fugisse a “normalidade” ou “[...] que fugisse a esse padrão era considerada subumana, já que não teria utilidade para a vida em sociedade (FERNANDES 2011 p.38)

A inclusão de uma criança portadora de necessidades especiais no ambiente escolar tem se tornado cada vez mais difícil, o fato é que, ela pode até mesmo freqüentar a escola, no entanto esse ambiente escolar não é adequado à suas necessidades, em muitos casos a criança é ignorada e freqüenta a escola como uma forma de “socializar” com outras crianças. A resistência á aceitação social das pessoas com deficiência vem de longa data e demonstram como eram ameaçadas, para os primitivos as pessoas com deficiência eram um empecilho, não conseguiam suprir suas necessidades dependiam dos outros. Nessa PPP objetiva-se a compreensão e análise das representações existentes ao longo das épocas sobre

deficiência, o processo histórico de construção de um sistema educacional inclusivo, aspectos ideológicos, metodológicos e legais.

Apesar de ter seus direitos garantidos por lei 7.040, de 1º de Outubro de 1.998, a lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 e a Lei 10-172 de 09 de Janeiro de 2001, na prática notamos que pouco se aplica a realidade dessa criança. Algumas escolas não são adaptadas no contexto físico para receber uma criança portadora de necessidade, e em muitos casos os profissionais que atuam na educação não possuem a qualificação necessária para atuar com essas crianças. Quando digo profissionais, refiro-me a todos, desde o guarda da escola, o pessoal da secretaria, os responsáveis pela limpeza, mais principalmente o educador. O professor tem papel fundamental no desenvolvimento de qualquer criança, sendo ela portadora de necessidade especial ou não. Não podemos ignorar simplesmente essas situações. Cruz relata que “para esse atendimento educacional, a principal medida foi à escola designar uma professora que já atuava na Sala de Apoio Pedagógico [...] uma professora de referência para manter um bom vínculo de confiança. (pág. 19, 2008).

É importante que o professor estabeleça esse vínculo de afeto e confiança seja na educação especial ou não, pois isso contribui para o desenvolvimento da criança. No intuito de melhorar os dados de aprendizagem e inclusão na educação especial em nosso município, pesquisarei métodos que proporcionem uma melhor forma de alfabetizarmos os alunos que possuem alguma necessidade especial, acreditamos que o primeiro passo é o professor buscar através de pesquisas e métodos uma metodologia que permita o desenvolvimento desse aluno de forma igualitária aos demais.

Conforme pudemos averiguar a Educação Especial pode ser assim compreendido:

[...] é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência mental. Dependendo do país, a educação especial é feita fora do sistema regular de ensino. Nessa abordagem, as demais necessidades educativas especiais que não se classificam como deficiência não estão incluídas. Não é o caso do Brasil, que tem uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e que inclui outros tipos de alunos, além dos que apresentam deficiências. (Fonte: www.wikipedia.com.br acesso 02 Abr 2013)

Trabalhando esse contexto histórico da educação especial, vemos que a educação especial em seu início possuía um caráter assistencialista, ou seja, atuava não com o intuito de preparar, de construir conhecimento, mais sim de auxiliar, tinha como objetivo cuidar de pessoas com necessidades especiais. Um dos maiores documentos da UNESCO que é uma ramificação de promoção social e cultural da ONU (Organização das Nações Unidas) que é a Declaração de Salamanca³ no que norteia o ensino a todos diz que:

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso a s escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de entender essas necessidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994 p.05)

Com dificuldades que iam desde a preparação dos professores ao atendimento que ia de acordo com as necessidades de seus alunos, a educação especial precisou ser reformulada e inserida em leis que garantissem a frequência e a permanência de alunos com necessidade especiais em escolas de ensino regular. No Brasil os primeiros registros de instituições a PNE Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, na cidade do Rio de Janeiro, que segundo Bueno (1.993) foi um marco na educação especial no Brasil. Contudo diante de diversos conflitos sociais, políticos, morais e econômicos esses institutos passaram a sofrer um processo de deteriorização e abandono. Estes s institutos reproduziam o modelo parisiense, mas se diferenciavam tinha um caráter assistencialista, onde aqui no Brasil tinha-se um modelo assistencialista de cuidar, os franceses mantinham como oficinas de trabalho.

³ A Declaração de Salamanca (1994) é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Adotada em Assembléia Geral, apresenta os Procedimentos- Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. É considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Criança(1988) e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). Faz parte da tendência mundial que vem consolidando a educação inclusiva.

Na conjectura de Mendes (2006) desde o século XVI a história da educação especial no Brasil vem sendo traçada, pois médicos e pedagogos daquela época já começavam a acreditar na possibilidade de educar os indivíduos considerados ineducáveis, contudo esse educar era meramente assistencialista e institucionalizado, por meio de asilos e manicômios. Na época do Brasil imperial iniciou-se o tratamento de doentes mentais em hospitais psiquiátricos, nessas instituições se isolavam surdos e cegos do convívio social, sendo que estes não necessitavam de tal isolamento.

Por volta do ano de 1874 iniciou-se as atividades no Hospital psiquiátrico da Bahia em Salvador com tratamentos mais humanistas e após a Proclamação da República a educação especial foi se expandindo progressivamente, e em 1903 o Pavilhão Bourneville no Hospital Dom Pedro II na Bahia foi instalado para tratamento de doentes mentais, em 1923 foi criado o Pavilhão de Menores do Hospital do Juqueri e o Instituto Pestalozzi de Canoas no ano de 1927.

Nos anos de 1930 e 1940 aumenta o número de entidades para atendimentos de deficientes de forma significativa, em relação aos deficientes mentais com o aparecimento da Sociedade Pestalozzi nos estados de Minas Gerais e o Rio de Janeiro bem como a Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz em São Paulo, e em 1941 foi implantada em Recife a Escola Especial Ulisses Pernambucano e a Escola Alfredo Freire. Para atendimento de deficientes visuais surgiram a União dos Cegos do Brasil no Rio de Janeiro em 1924, o Instituto Padre Chico em São Paulo e o Sodalício da Sacra Família no Rio de Janeiro no ano de 1929, os Institutos de Cegos de Recife, da Bahia e de São Rafael em Taubaté São Paulo, de Santa Luzia em Porto Alegre, do Ceará em Fortaleza, da Paraíba em João Pessoa e do Paraná em Curitiba.

Com o surgimento dessas entidades privadas os setores públicos educacionais começaram a criar políticas de assistências ao PNE. Assim as entidades particulares contribuíram para a inclusão da educação especial no âmbito das Instituições Filantrópico-Assistencialistas e a sua privatização, salienta Bueno (1993). Esse interesse pelo deficiente mental trazia também uma preocupação pela higiene, onde Bueno (1993), diz que essa preocupação era vista como o início de um processo de buscas pelos especialistas do aluno diferente, tendo em vista que a escolaridade passou a ser algo abrangente. Desse modo foi criada a inspeção

médica-escolar no ano de 1911 em São Paulo, que foi responsável pela criação de classes especiais e formação de pessoal para trabalhar com esses alunos.

No período de 1950 a 1959 ocorreu uma expansão no número de estabelecimentos de educação especial para portadores de deficiência mental, cerca de cento e noventa (190) desses estabelecimentos no final da década de cinquenta eram públicos e em escolas regulares. No ano de 1958 o ministério da educação passa a prestar assistência técnica-financeira as secretarias de educação e instituições especializadas, isso passa a impulsionar a escolarização para as classes mais populares e resulta na implantação de classes especiais para os casos leves de deficiência mental.

No ano de 1973 é criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP junto ao Ministério da Educação. No final da década de 70 (Setenta) são implantados os primeiros cursos de formação de professores para a Educação Especial, e o governo federal cria uma comissão para planejar, fiscalizar e traçar políticas de ações conjuntas para portadores de deficiência. No ano de 1994 a Espanha juntamente com a UNESCO realizou a conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, e produziu a Declaração de Salamanca, que é vista como o mais importante marco mundial da difusão da filosofia de educação inclusiva (MENDES, 2006).

Na Idade Moderna deixa de ser objeto de controle das igrejas e passam a ser objeto de estudo das ciências e da tecnologia, depois de várias pesquisas e estudos a deficiência passa a ser considerada uma doença, surge então a educação Especial, a sociedade toma consciência da necessidade de atender essas pessoas, o atendimento era assistencial e medicamentoso em Centros Especializados para que ficassem longe da sociedade, mudanças que foram acontecendo aos poucos, tais representações estão presentes ainda na sociedade nos dias de hoje e as conseqüências tem trazido muitas dificuldades para as pessoas deficientes, são excluídas, ainda são considerada incapazes e doentes.

Também apresento a discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 que reconhece que toda criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, que precisa dos meios necessários para promover seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Contempla ainda que é dever da família, da comunidade e da sociedade em geral e do poder público assegurar esses direitos.

Apresento ainda a discussão de que a Lei assegura que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo dever do estado fornecer, a criança e o adolescente com deficiência o atendimento educacional especializado, e preferencialmente na rede pública de ensino. Através de muitas lutas os movimentos organizados de apoio a pessoas as crianças com deficiência foram e estão sendo reconhecidos entre os diferentes sujeitos sociais, as instituições de ensino estão se organizando para atenderem essas diferenças com o intuito de construir uma escola para todos.

Mikkelsen (1959), citado por Carvalho (2011, p. 20), deu o primeiro passo para o movimento de desinstitucionalização dos deficientes apontando que era necessário “criar condições de vida para a pessoa com deficiência, semelhante, tanto quanto possível, às condições normais de sociedade em que vive”.

Tendo em vista foi assim que tudo começou, enfrentando críticas, com as instituições inadequadas e custos elevados, no entanto ainda estamos lutando para mudar essa realidade que existe no nosso país. O atendimento no Brasil iniciou no século XIX, o tratamento eram caracterizados pela vertente médico-pedagógico, assentado no modelo clínico, e as ações segundo Carvalho (2011, p. 21) se caracterizavam por períodos distintos, chegando aos dias atuais com a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino.

A inclusão é a revolução educacional, “Educação Inclusiva é um paradigma educacional, fundamentada na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferenças como valores indissociáveis”, escreve Carvalho (2011, p. 29). Foi em 1990 com a Declaração Mundial sobre Educação para todos que surge a inclusão que segundo Carvalho (2011, p. 21) “é o movimento mundial desencadeado em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

As Políticas da Educação Especial que condiciona o acesso às salas comuns de ensino regular àqueles que têm condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, segundo Carvalho:

A política não provoca uma mudança das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum,mas mantêm a responsabilidade de educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação

especial, funcionando ainda separadamente da educação regular.(CARVALHO, 2011, p. 31).

A Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva oferta o atendimento especializado aos estudantes com deficiências, segundo Carvalho;

Apresenta a Educação Especial como parte da prática educacional inclusiva e responsável por organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras, possibilitando o acesso ao currículo, à comunicação e aos espaços físicos. (CARVALHO, 2011, p.34)

Em 2010 com a publicação da Nota técnica SEESP/GAB nº 9/2010, orienta as organizações de Centros de Atendimento Educacional Especializado além do atendimento nos centros especializados também podem executar nas salas de recursos multifuncionais, de forma não substitutiva à escolarização e no contraturno do ensino regular.

Sendo que as necessidades especiais na escola sejam diversificadas, a Política Nacional de educação Especial aponta uma definição de prioridade no atendimento educacional especializado a ser oferecido, na perspectiva da Educação Inclusiva integrada à proposta pedagógica da escola regular deve promover o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com:

- deficiência: física, visual, auditiva, intelectual e múltipla;
- transtornos globais de desenvolvimento;
- altas habilidades/superdotação.

As causas dessas deficiências segundo os dados da OMS em Carvalho (2011, p. 40) são devido às desigualdades sociais com precariedade no atendimento à saúde da mãe gestante, falta de saneamento básico, condições precárias de alimentação e de informações e aos transtornos congênitos e Peri natais entre outros. Essa Deficiência segundo Carvalho (2011, p. 40) "é uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária".

Com o processo evolutivo da criança com deficiência surgem as necessidades básicas, começa a interação com o meio e com a sociedade, precisam de condições como qualquer outra criança, Descreve Carvalho (2011, p. 82); "A criança com deficiência precisa ter acesso a vivências sociais e a experiências

cotidianas que estimulem a independência social e o desenvolvimento de habilidades que favoreçam sua interação com crianças/pessoas de seu convívio”.

2.1. Educação Especial: a atuação do Professor.

Nossa carta magna que é a constituição de 1998 garante, no seu art. 206 traz a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, assim a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205) e deve estender-se também ao atendimento educacional especializado, quer dizer, portadores de necessidades especiais (art.208, III), inclusive na rede regular de ensino.

Ao ponderarmos a formação do educador devemos verificar a atuação da escola como uma entidade que promova a formação básica, onde o professor seja qualificado. Pois uma escola inclusiva depende muito da didática do professor, onde este devesse integrar a finalidade educacional com atitudes colaborativas com a família, com a comunidade, pois sabemos que uma educação de qualidade conta muito com a ajuda da sociedade organizada civil

Coll dentro de sua afirmação reitera que: “Quando uma escola estabelece entre seus objetivos prioritários a inclusão de todos os alunos fica mais simples transferir a estratégia posteriormente a prática educativa nas salas de aula”(2004, p.43). A partir do momento que a criança ingressa no ambiente escolar, passa a ser responsabilidade do educador contribuir com seu desenvolvimento e auxiliar na sua construção de conhecimento. Em muitos casos é decepcionante vermos que crianças são ignoradas pelo fato de serem “diferentes” e por não acompanhar o ritmo de desenvolvimento dos demais colegas

Alguns professores tem a preocupação de desenvolver metodologias diferenciadas que proporcionem esse desenvolvimento, adotando atividades diferenciadas, no intuito de estabelecer um desenvolvimento seguro, numa relação de confiança e segurança visando sempre seu desenvolvimento como um todo e proporcionando a mesma essa integração com a comunidade escolar. “[...] grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir como o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que tem calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atende (FREITAS 2001 p.34)”

Sabemos que o professor/pedagogo não sai pronto para atuar em salas de aula que possuem crianças com algum tipo de deficiência, muitos buscam através das capacitações nos momentos de Formação Continuada, cursos de aperfeiçoamento ou em especializações que fomentem sua capacidade de atuação profissional. Há também que se considerar a troca de experiências entre professores que possuem alunos especiais, isso também funciona, pois a troca de informações e experiências são sempre válidas. É de extrema importância que o professor busque meios para realmente realizar seu papel de ferramenta chave na construção do conhecimento e desenvolvimento dos seus alunos

3- INTERPRETANDO E DISCUTINDO SOBRE A IMPORTÂNCIA ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO.

A realidade de nosso município ainda caminha em busca do ideal de acessibilidade, por ser uma cidade nova ainda está se adequando a essa realidade, haja vista que as escolas estão se adaptando tanto no espaço físico como na grade curricular. A sala de atendimento funciona em contraturno, porém com mais afinco no âmbito estadual já que há um pequeno déficit na esfera municipal que na medida do possível procura fazer seu trabalho sem desmerecer seu planejamento e enfoque metodológico

Os professores em sua maioria vêm se adaptando também ora em busca de novidades o aperfeiçoamento da sua prática, aonde a escola vem em quando recebe recursos e materiais via projetos pedagógicos delimitados no PPP e no planejamento na semana pedagógica e nos encontros de Formação continuada fora os cursos extracurriculares que acontecem com frequência

A relação entre educação especial e regular vem sendo construída aos poucos, já que houve épocas que o preconceito e o *bullying* não eram combatidos com a precisão de hoje. Há reuniões esporádicas com o corpo pedagógico e administrativo da escola com os todos os alunos no intuito de combater essas práticas e medidas com a ficha do FICAI, que numa parceria entre escola e Ministério Público visa combater o *bullying* tem dado bons frutos nas relações entre todos na escola.

A construção de espaços inclusive parte do pensamento coletivo através de projetos e mobilizações que vai desde a conscientização popular a reformulação dos espaços sociais como a escola. A escola atual vem se adequando tendo em vista toda uma implementação via sala do educador, MEC, FNDE, a sociedade organizada para formular critérios e avaliação tanto do público atendido como dos próprios educadores, a chamada inclusão com responsabilidade, que consiste um processo educativo que envolva toda a comunidade como professores: professores, pais, diretores, dirigentes, secretários de educação, comunidade etc.

É preciso hoje repensar a formação de todos os profissionais da educação e o conceito de acessibilidade e inclusão escolar no sentido de preparar o aluno, pois vivemos numa social com forte diversidade social. Exemplo do que tratamos aqui ao os cursos de Libras que estão em voga como também os materiais paradidáticos como os livros em braile e espaços adaptados essa assunto não pode se esgotar como também nenhum tema que almeja a construção do indivíduo como cidadão, dando-lhe condições de pertencimento e participação na sociedade, superando dificuldades em sala de aula para posteriormente enfrentá-las no mundo

Agora vamos reiterar o caso dos alunos PNE, o que seria conceito que os distingue, conforme visto obra pesquisada nesse subtítulo ele vem a se aplicar como substituto do termo deficiente, pois equipara a algo como indesejável, que a presença perturba e ameaça a sociedade contexto do deficiente exige uma imensa mudança de valores e atitudes, considerando a necessidade de integração dos portadores de necessidades especiais, oferecendo-lhes as mesmas condições de realização e de aprendizagem, involuntariamente das condições ou dificuldades que possuem

Esses direitos são parte integrante de tudo que foi conquistado através de lutas e oportunidades que implica a obrigatoriedade do Estado em avaliar as instituições de ensino para todas o PNE é um ser humano que existe, sente pensa e cria, tem, direitos E precisa ser visto pela mesma perspectiva quanto as suas garantias de cidadania.

Da inclusão escolar a incluso social: a situação do surdo ha outro desafio de inclusão escolar que e a situação do surdo dentro do ensino regular transformando as práticas educativas, vencendo os obstáculos. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) os sistemas de ensino devem assegurar professores especializados e capacitados, que possam atuar com qualquer aluno PNE em sala

O aluno surdo tem o direito de ser atendido pelo sistema regular de ensino, mesmo sendo um processo lento, pois, a maioria dos educadores está em fase de aprender a atender os alunos PNE aqui no caso dos surdos, onde se faz- necessário o estudo sobre Libras. Os cursos de Pedagogia ou licenciatura não dão ainda o suporte necessário e muito que o professor de sala de recursos oferece são pautados em cursos extra-escolares ou aperfeiçoamento e assim os mesmos não tem sido preparados na lida com alunos surdos e sem este preparo, as chances de aprendizado ficam comprometidas

Porém em algumas escolas brasileiras que oferece o ensino, o ensino envolvendo alunos surdos se faz mediação pedagógica de um intérprete, que tem a função de traduzir, para a língua de sinais, o que professor está falando. Assim o professor tem uma interação conjunta e espontânea com o grupo de alunos podendo analisar a todos, seguir seu planejmaneto sem interrompê-lo e colaborar com valores e exemplos contra a discriminação, pois é importantíssima a presença de um intérprete de libras para mediar a comunicação em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que todo aluno PNE freqüente a escola, assim poder ampliar seu desenvolvimento e interagir com inúmeras pessoas, a família precisa acreditar na potencialidade da criança, considerando-a capaz de desenvolver todas as potencialidades. A inclusão escolar está relacionado com o atendimento educacional especializado, com a ajuda dos pais, pois ainda a auto-exclusão do próprio por não se aceitar e da família que acredita que vai expô-lo e assim muitos deles não matriculam seus filhos nas escolas comuns.

Outro ponto interessante é que pudemos perceber também que o processo de inclusão não pode ser encarado como poesia ou romantismo, é preciso ter muita consciência e responsabilidade, pois foi um processo demorado e ainda ha escolas que não o fazem por falta de recursos e de vontade política também, onde algumas instituições de ensino mesmo tendo recursos ainda não estão preparadas e

possuem profissionais que não tem suporte pedagógico para exercer o uso de recursos didáticos diferenciados

Concluimos que a escola precisa estar preparada para receber seus alunos, e que sua estrutura física precisa ser adequada, lembrando que a escola que fizemos essa Pesquisa de pratica profissional esta adequada aos alunos PNE e que todos precisam estar em sintonia com o processo de inclusão. De acordo com as bibliografias usadas ao Ministério Público em via da defesa dos direitos sociais e individuais esta disponível para se fazer valer os direitos dos cidadãos diante de casos de bullying e discriminação, especialmente o direito à educação, pois se trata de política pública, onde se for confirmado negligencia por parte dos responsáveis aciona-se a atuação do Ministério Público, que toma decisões para que o direito à inclusão escolar seja garantida.

Vimos assim importância de não mais excluir alunos, discriminá-los deixando-os presos em Instituições de Educação Especial sem ter a necessidade em muitos casos que já poderiam estar incluídos no ensino regular, porém constatamos que se faz necessário treinar todos os profissionais da educação. Para que o processo de inclusão seja consolidado, deve-se criar um ambiente favorável, no qual, o aluno surdo possa desenvolver suas potencialidades. Neste sentido, é preciso que o sistema de educação disponibilize para as escolas, os recursos necessários a este processo. No entanto, muitas escolas que recebem estes alunos não disponibilizam destes recursos. Sendo assim, o aluno surdo é integrado nesta escola, porém, não é incluído

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação Especial: pesquisa e prática**. Curitiba: IBPEX, 2010

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1998.
_____. MEC. Lei Nº 9.394. Lei de diretrizes e bases da educação, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. Lei Nº 10.172. _Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, promulgada em _9 de Janeiro de 2001. Brasília 2001

- BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: Educ, 1993.
- CARVALHO, Sandra Pavoeiro Tavares. **Educação Inclusiva./** Sandra Pavoeiro Tavares Carvalho. Cuiabá: UAB/UFMT, 2011.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús e colaboradores. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de Desenvolvimento e necessidades Educativas Especiais.** Editora: Artmet, 2ª. ed. Volume 3, 2004
- CRUZ, Deusina Lopes da. **Um autista muito especial/** Deusina Lopes da Cruz – Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa.** 2 ed. Campinas: Autores Associados, 1997
- FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial.** Curitiba: IBPEX, 2011
- FREITAS, Amanda Pinto. **Educação Especial e a Escola Inclusiva: O Processo de Inclusão no Contexto da Educação Regular.** Belém: Universidade da Amazônia, 2001
- JUSTINO, Marinice Natal. **Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docentes.** Curitiba: IBPEX, 2011
- MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista brasileira de educação, Rio de Janeiro, v. 11, n.33, set-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>acesso em: 15 maio 2012.
- NASSIF, Pedro. **Pedagogia de nosso tempo.** Editora Vozes.Petrópolis, 1971
- O ACESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AS ESCOLAS E CLASSES COMUNS DA REDE REGULAR/**Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores)/ 2ª Ed. Ver. E atualizada. –Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004
- O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SEGUNDO A ONU Romeu Kazumi Sassaki, 2007. Publicado em “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada” (Brasília: Corde, 2007)
- SOUZA, S. E. **O Uso de Recursos Didáticos no Ensino Escolar.** In: I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. Arq Mudi. 2007. Disponível www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.pdf>. Acesso em: 10 Mai 2013

UNESCO. **Declaração de Salamanca/Espanha. Necessidades Educativas Especiais – NEE.** In: Conferencia Mundial sobre NEE. Salamanca: UNESCO, 1994